

1 ATA DA 52ª REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

2 Aos dois dias do mês de maio de 2.001, às 09:00 horas, realizou-se em Curitiba, no Auditório da Sub-sede  
3 do Instituto Ambiental do Paraná, a 52ª reunião ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente, com o  
4 objetivo de dar posse aos novos conselheiros; discutir e aprovar os relatos das Câmaras Temáticas criadas  
5 através das Resoluções 002/2001-CEMA e 004/2001-CEMA; discutir e aprovar Proposta de Resolução  
6 sobre Auditoria em Empresas de Derivados de Petróleo; discutir e aprovar a criação de Câmara Temática  
7 para a proposta de normas para apresentação e seleção de projetos de ONGs e Prefeituras e discutir e  
8 aprovar a criação de Câmara Temática para a proposta de estudos sobre o Programa Estadual de  
9 Educação Ambiental. A reunião foi instalada pelo Presidente do CEMA e Secretário de Estado do Meio  
10 Ambiente e Recursos Hídricos, senhor JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, e contou com as presenças de  
11 JOSÉ TADEU SMOLKA, Secretário Executivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente, dos Conselheiros  
12 Titulares: ÂNGELO ANTONIO AGOSTINHO, da Universidade Estadual de Maringá; ANTONIO LEONEL  
13 POLONI, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; CARLOS MELLO GARCIAS, da  
14 Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR; CLÓVIS RICARDO SCHRAPPE BORGES, da  
15 Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS; EDUARDO FRANCISCO  
16 SCIARRA, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico; ESPARTANO  
17 TADEU DA FONSECA, Secretário Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de São José dos Pinhais,  
18 JAIRO CORRÊA DE ALMEIDA, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná;  
19 JOÃO LUIZ RODRIGUES BISCAIA, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP; LÍDIA  
20 LUCASKI, da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - AMAR; LUIZ CARLOS MARTINS DE  
21 LIMA, da Força, Ação e Defesa Ambiental - FADA; LUIZ GUILHERME PAULI, da Federação das Indústrias  
22 do Estado do Paraná - FIEP; MÁRIO SÉRGIO RASERA, Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do  
23 Paraná - IAP; MIGUEL SALOMÃO, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; RAFAEL  
24 BERNARDO DELY, Secretário Especial da Política Habitacional; RAMIRO WAHRHAFTIG, Secretário de  
25 Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; SÉRGIO GONÇALVES LIMA, da Federação dos  
26 Trabalhadores em Educação do Estado do Paraná - FETEPAR; VÂNIA MARA MOREIRA DOS SANTOS,  
27 do Instituto Os Guardiões da Natureza - ING; dos Conselheiros Suplentes: ERNANI AUGUSTO  
28 BRESCIANINI, da Secretaria de Estado da Educação; JORGE SEBASTIÃO DE BEM, da Superintendência  
29 de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental; LUIZ ANSELMO MERLIN TOURINHO,  
30 da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP; NORBERTO ANACLETO ORTIGARA, da  
31 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; PAULO APARECIDO PIZZI, do MATER NATURA  
32 - Instituto de Estudos Ambientais; PAULO DE ARAUJO GUERRA, da Secretaria de Estado da Saúde;  
33 PEDRO DE NORONHA DA COSTA BISPO, da Procuradoria Geral do Estado e dos Convidados: ANA  
34 CECÍLIA B.A.NOVACKI, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP; CAROLINA EISENBACH DE OLIVEIRA  
35 FORTES, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; GABRIEL MORO, da Prefeitura  
36 de São José dos Pinhais; HÉLIO DUTRA DE SOUZA, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP; JOÃO  
37 TEIXEIRA DA CRUZ, da Prefeitura de São José dos Pinhais; LUIZ RENATO IURK, da CAVO; MARIANNA  
38 S. ROORDA, da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental;  
39 MARIESE C.MUCHAILH, do Instituto Ambiental do Paraná - IAP; MÁRIO BASTOS DA SILVA, da APPAM;  
40 MERLINO PRESTES JR., da CAVO; NILSON LEANDRO DE SOUSA, SÍLVIO RAMOS e ROGÉRIO

41 BASSA, da Prefeitura de São José dos Pinhais; PATRÍCIA LUPION TORRES, da Secretaria de Estado do  
42 Meio Ambiente e Recursos Hídricos; e PAULO CEZAR TOSIN, da Mater Natura. Procedendo a abertura da  
43 reunião, o senhor JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos  
44 Hídricos e Presidente do CEMA, saudou os presentes e, após verificar a existência de quorum para a  
45 realização da reunião, ressaltou o fato de estarem presentes vinte e dois dos vinte e três membros do  
46 Conselho, motivo pelo qual agradeceu aos conselheiros, passando em seguida a discorrer sobre os itens  
47 da pauta da presente reunião. A seguir, deu posse aos conselheiros RAFAEL BERNARDO DELY,  
48 Secretário Especial da Política Habitacional, ESPARTANO TADEU DA FONSECA, Secretário Municipal de  
49 Urbanismo e Meio Ambiente de São José dos Pinhais e JACKSON CÉSAR BASSFELD, Secretário  
50 Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Pontal do Paraná, e passou aos trabalhos colocando a minuta  
51 da Ata da reunião anterior em discussão. Nada havendo a alterar e colocada em votação, a minuta da Ata  
52 da reunião anterior foi aprovada por unanimidade. A seguir, passou a palavra ao senhor JOSÉ TADEU  
53 SMOLKA, Secretário Executivo do CEMA, que procedeu a leitura do expediente e das proposições dos  
54 senhores Conselheiros que são: 01 - da Mater Natura, propondo normas para financiamento de projetos; 02  
55 - da Coordenadoria de Ações Ambientais da SEMA, sobre o Programa Estadual de Educação Ambiental;  
56 03 - do IAP, solicitando dilatação do prazo para conclusão dos trabalhos da Câmara Temática criada pela  
57 Resolução 002/2000; 04 - da PGE, encaminhando texto final das propostas de Regimento Interno e  
58 Substitutivo ao Decreto 2376, de 28/07/2000, elaborados pela Câmara Temática criada pela Resolução  
59 002/2000; 05 - da Associação dos Municípios do Paraná, indicando representantes das Secretarias  
60 Municipais de Meio Ambiente para comporem o CEMA, os quais tomaram posse nesta ocasião; 06 - do  
61 IAP, encaminhando proposta de Resolução sobre auditoria em empreendimentos de derivados de petróleo;  
62 07 - do IAP, encaminhando relato de vistoria e fiscalização à Central de Tratamento e Destinação de  
63 Resíduos Industriais da empresa Moura Seeling & Cia. Ltda., em Quitandinha; 08 - do IAP, encaminhando  
64 relatório de liberações e autorizações referentes à Resolução 003/2000-CEMA e, 09 - da Presidência do  
65 CEMA, encaminhando proposta da resolução 005/2000-CEMA, retificando a resolução 002/2000-CEMA.  
66 Dando prosseguimento à pauta, o senhor JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio  
67 Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do CEMA, explanou as razões que o levaram a propor a  
68 resolução retificadora que viria a tomar o número 005/2001-CEMA e solicitou sua aprovação pelo Plenário,  
69 no que foi atendido pela unanimidade dos membros. Em seguida, o senhor Presidente passou a palavra ao  
70 conselheiro PEDRO DE NORONHA DA COSTA BISPO, da Procuradoria Geral do Estado; relator da  
71 Câmara Temática criada pela resolução 002/2000-CEMA e retificada pela resolução 005/2001-CEMA, para  
72 que este apresentasse as conclusões dos trabalhos da referida Câmara Temática. O conselheiro relator  
73 discorreu sobre os trabalhos da Câmara Temática visando a revisão do Regimento Interno e, por  
74 conseqüência, do Decreto 2376, de 28 de julho de 2.000. Além disto, deixou registradas algumas  
75 sugestões apresentadas pelas entidades não-governamentais, que não foram integradas nem ao Decreto  
76 nem ao Regimento Interno e que merecem o devido encaminhamento que são: a) elaborar resolução do  
77 Conselho que trate dos processos de escolha específicos, com a devida publicidade, a ser conduzido no  
78 seio de cada grupo de entidades, propiciando a indicação dos membros designados para posterior  
79 condução através de ato Governador, b) regulamentação da apresentação, análise e aprovação de projetos  
80 para liberação de recursos destinados pelo FEMA – Fundo Estadual do Meio Ambiente, c) indicação de

81 um representante dos membros designados para compor o Comitê Estadual de Recuperação de Bens  
82 Lesados, e d) disponibilização, aos integrantes do CEMA, dos relatórios e balanços anuais de aplicação de  
83 recursos do FEMA. Colocado em votação, o relato do Conselheiro foi aprovado por unanimidade, tendo sido  
84 resolvido ainda que, a primeira sugestão deverá ser objeto de Resolução proposta pelos membros  
85 designados; a segunda, faz parte da pauta desta reunião; a terceira, será objeto de uma moção para o  
86 Conselho Administrativo do FEMA, para que este escolha o membro entre as entidades cadastradas junto  
87 ao CEENG; e, a quarta, será objeto de uma moção do CEMA ao Conselho Administrativo do FEMA.  
88 Passando ao assunto seguinte da pauta, o Presidente passou a palavra ao conselheiro MÁRIO SÉRGIO  
89 RASERA, Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP; e relator da Câmara Temática criada  
90 pela resolução 004/2000, sobre importação de resíduos sólidos. O relator discorreu sobre os trabalhos da  
91 Câmara, enfatizando as discussões sobre o objeto da proposta de resolução em discussão que é a  
92 regulamentação da atividade de importação de resíduos exclusivamente para empreendimentos  
93 estabelecidos e já licenciados pelo órgão ambiental. Salientou também a recomendação da Câmara  
94 Temática para a agilização do Inventário de Resíduos Industriais do Estado do Paraná, proposta que já  
95 está sendo viabilizada pelo IAP e pela SEMA. O conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário  
96 de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do CEMA; complementou a dissertação do  
97 relator, comunicando que foram conseguidos recursos junto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA,  
98 para implementar o Inventário e, em relação à retirada de produtos tóxicos sem uso das propriedades  
99 rurais, foram obtidos recursos através do Programa PARANASAN. Salientou ainda que estas soluções  
100 postas em debate podem ser vivenciadas na prática pelos conselheiros interessados. O conselheiro LUIZ  
101 GUILHERME PAULI, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP; sugeriu a inclusão, no  
102 artigo 3º, após "..... utilização de resíduos gerados em outros estados da Federação", das palavras: "desde  
103 que seja:" tendo sua proposta sido aprovada por unanimidade. O conselheiro CLÓVIS RICARDO  
104 SCHRAPPE BORGES, da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS;  
105 solicitou uma explicação menos técnica, para a compreensão do assunto por todos, antes de acatarem a  
106 resolução proposta. O conselheiro CARLOS MELLO GARCIAS, da Pontifícia Universidade Católica do  
107 Paraná - PUC-PR.; lembrou que se estava falando sobre a importação e licença ambiental de operação do  
108 gerador e receptor de resíduos e questionou onde estaria a citação sobre a responsabilidade do transporte  
109 destas cargas e que devia haver a preocupação com a licença do transporte para não haver mais problemas  
110 semelhantes aos fatos ocorridos com transporte de combustíveis na Serra do Mar e em todo o território  
111 paranaense. O conselheiro MÁRIO SÉRGIO RASERA, Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná  
112 - IAP; esclareceu que a questão do transporte não deve constar desta Resolução devido ao fato que as  
113 transportadoras de cargas perigosas devem ser licenciadas pelo órgão ambiental para fazê-lo, o que faz  
114 parte de outras normativas específicas sobre este assunto. A explanação do relator foi esclarecida pela  
115 senhora ANA CECÍLIA B. A. NOWACKI, técnica do Instituto Ambiental do Paraná; que salientou que o que  
116 estava sendo tratado nesta Resolução eram exclusivamente as atividades de armazenamento,  
117 reaproveitamento e/ou destinação final do resíduo. O conselheiro MIGUEL SALOMÃO, Secretário de  
118 Estado do Planejamento e Coordenação Geral; esclareceu que, através do artigo em discussão,  
119 compreendia que a autoridade responsável pela autorização do transporte era apenas o IAP, o que não é  
120 verdade; disse ainda que, devido a este fato, não seria aconselhável inserir o tema transporte na Resolução,

121 pois, neste caso, ao dar autorização ambiental, o IAP estaria garantindo que o transporte é de qualidade e  
122 isto deve ser levado a efeito por outra autoridade, o Serviço Nacional de Transportes, que está sendo criado  
123 no âmbito do Governo Federal. O conselheiro MÁRIO SÉRGIO RASERA, Diretor-Presidente do Instituto  
124 Ambiental do Paraná - IAP; sugeriu que no artigo 6º, caput e item 1, deve constar: "os requerimentos de  
125 autorização ambiental, para os casos citados nos artigos desta resolução, deverão conter no mínimo: 1.  
126 cópia da licença ambiental de operação do gerador, do transportador e do receptor", pois dessa forma é  
127 necessária licença ambiental de todos os transportadores de cargas perigosas através do Instituto  
128 Ambiental do Paraná e não apenas sobre a atividade de transporte. O conselheiro PEDRO DA COSTA  
129 BISPO, da Procuradoria Geral do Estado; sugeriu nova redação ao que foi proposto pelo conselheiro  
130 MÁRIO SÉRGIO RASERA, Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP; que ficaria com a  
131 seguinte forma: "cópia da licença ambiental de operação do gerador e do receptor, bem como do  
132 transportador nos termos da lei estadual e federal ambiental". O conselheiro CARLOS MELLO GARCIAS,  
133 da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR; questionou sobre a existência da licença  
134 ambiental para o transportador e de sua regulamentação, ao que o conselheiro MÁRIO SÉRGIO RASERA,  
135 Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP; explicou que empreendimentos que degradam ou  
136 poluem o ambiente devem estar licenciados e que não existem regulamentos específicos sobre este tema  
137 ao que o conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e  
138 Recursos Hídricos e Presidente do CEMA; adicionalmente, propôs que isto fosse decidido através de uma  
139 Resolução do Conselho Estadual, determinando claramente o licenciamento desse tipo de empreendimento  
140 e sugeriu que um item de pauta desta reunião fosse a criação de uma Câmara Temática para estudar tal  
141 resolução. Ainda usando da palavra, solicitou que ANA CECÍLIA B. A. NOWACKI, técnica do Instituto  
142 Ambiental do Paraná - IAP, fizesse explanação sobre a proposição em debate, atendendo solicitação do  
143 conselheiro CLÓVIS RICARDO SCHRAPPE BORGES, da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e  
144 Educação Ambiental – SPVS. A mesma iniciou esclarecendo que o motivo dessa proposta de resolução foi  
145 atender a dispositivo da lei 12.493 que explicita a necessidade da resolução conter uma lista de resíduos  
146 permitidos e não permitidos, bem como quais resíduos podem ser autorizados para fim de reciclagem e  
147 reaproveitamento, o que está sendo atendido; explicou ainda que os primeiros artigos tratam das  
148 proibições; que o artigo terceiro é uma lista com resíduos que podem ser reciclados ou reaproveitados; o  
149 artigo quarto responsabiliza a Câmara Técnica do IAP sobre a destinação final; o artigo quinto trata do  
150 reaproveitamento de resíduos que não eram autorizados pelo IAP e o artigo sexto traz os requisitos para o  
151 pedido de autorização ambiental. O conselheiro CLÓVIS RICARDO SCHRAPPE BORGES, da Sociedade  
152 de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS; solicita alguns exemplos de resíduos de  
153 poder calorífico menor que 2800 calorias que estão sendo importados, ao que senhora ANA CECÍLIA B. A.  
154 NOWACKI, do Instituto Ambiental do Paraná; responde citando os lodos galvânicos, que não se encaixam  
155 em nenhuma das duas categorias, sendo resíduo energético ou substituto de matéria prima, não podendo  
156 ser processado. Perguntada sobre a utilização das cinzas do carvão, a técnica do Instituto Ambiental do  
157 Paraná; disse que tal matéria deve ser objeto de estudos da Câmara Técnica de Resíduos do IAP,  
158 acrescentando que se estabeleceram as 2800 calorias através de uma série de estudos desta mesma  
159 Câmara Técnica e que tal temperatura é imprescindível para que o resíduo seja substituto de combustível.  
160 Como nenhum conselheiro quisesse se manifestar, o conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO,

161 Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do CEMA; colocou a matéria em  
162 votação, com as alterações propostas, tendo a Resolução sido aprovada por unanimidade. Após  
163 parabenizar os membros da Câmara Temática, comunicou inversão na ordem da Pauta, antecipando as  
164 discussões a respeito da criação da Câmara Temática sobre a Política Estadual de Educação Ambiental,  
165 tema a ser exposto pela Consultora para Assuntos de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do  
166 Meio Ambiente e Recursos Hídricos, senhora PATRÍCIA LUPION TORRES. A consultora discorreu sobre o  
167 assunto explicando que, com a sanção presidencial da lei 9795/99, foi criada a Política Nacional de  
168 Educação Ambiental, o que, aliado ao estabelecimento da Educação Ambiental como um tema transversal  
169 obrigatório nas escolas, pelo MEC, levou o MMA a propor a criação de Comissões Interinstitucionais  
170 Estaduais de Educação Ambiental - CINEA, para implementarem os dispositivos desses planos de  
171 Educação Ambiental nos Estados. Como parte da estratégia para atingir este objetivo geral, o MMA  
172 realizou *workshops* em todo o país através do IBAMA e, no Paraná, o fez em parceria com a SEMA e a  
173 SEED, incumbindo estes órgãos da criação da CINEA. No *workshop* do Paraná, ficou resolvido que a  
174 criação da CINEA, a elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental e a criação de pólos de  
175 desenvolvimento sustentável e núcleos de Educação Ambiental, seriam tarefas a serem implementadas  
176 através do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA, com o apoio da CINEA. Para tanto, é necessário  
177 criar Câmara Temática que venha a coordenar todo este trabalho e, eventualmente captar recursos do  
178 MMA, através da CINEA, para tanto. A senhora PATRÍCIA LUPION TORRES esclareceu ainda que esta  
179 Câmara Temática deveria estabelecer quais seriam os projetos de maior relevância e qual a localização  
180 ideal dos pólos, além de agilizar os trâmites para a criação da Comissão Interinstitucional. Por ocasião do  
181 *workshop* paranaense, várias entidades demonstraram interesse em participar da CINEA. entre elas, citou:  
182 ADA, Batalhão da Polícia Florestal, Caixa Econômica Federal, COHAPAR, Emater, Funabi, Fundação O  
183 Boticário, Unilivre, Instituto ECOPLAN, Instituto Guará, Ministério Público do Paraná, Promotoria de Meio  
184 Ambiente, NAIPI, Prefeitura Municipal de Curitiba, SANEPAR, SEAB, SEAD, SEDU, SEED, SEPL, SERT,  
185 SEMA, SEED, IBAMA, SINEP e Universidade Federal do Paraná. Após várias indagações e sugestões a  
186 respeito da natureza da CINEA e de seu relacionamento com a Câmara Temática, o conselheiro RAMIRO  
187 WAHRHAFTIG, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; sugeriu que o CEMA  
188 indicasse o coordenador para a Câmara Temática, que poderia ser o mesmo para a CINEA. O conselheiro  
189 sugeriu ainda que todos os membros do CEMA fizessem parte dessa Comissão como membros natos e  
190 que o CEMA continuasse responsável pela Câmara Temática, na forma regimental. Para complementar, o  
191 conselheiro insistiu que a forma de inscrição e participação na CINEA fosse a mais democrática e aberta  
192 possível, para assegurar a participação de todos e a melhor qualidade possível aos trabalhos a serem  
193 desenvolvidos, no que foi apoiado pelos conselheiros ANTONIO LEONEL POLONI, da Secretaria de Estado  
194 da Agricultura e do Abastecimento e CARLOS MELLO GARCIAS, da Pontifícia Universidade Católica do  
195 Paraná - PUC-PR. A seguir, a senhora PATRÍCIA LUPION TORRES falou da importância da criação da  
196 Câmara Temática de Educação Ambiental, tendo em vista este programa, bem como para que esta Câmara  
197 possa dar apoio às outras Câmaras Temáticas que o necessitarem. Após debates sobre diversos temas  
198 ligados à criação da Câmara Temática de Educação Ambiental e da Comissão Interinstitucional de  
199 Educação Ambiental entre os conselheiros RAMIRO WAHRHAFTIG, Secretário de Estado da Ciência,  
200 Tecnologia e Ensino Superior; ANTONIO LEONEL POLONI, da Secretaria de Estado da Agricultura e do

201 Abastecimento; ÂNGELO ANTONIO AGOSTINHO, da Universidade Estadual de Maringá; ESPARTANO  
202 TADEU DA FONSECA, Secretário Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de São José dos Pinhais;  
203 LÍDIA LUCASKI, da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - AMAR; e JOSÉ ANTONIO  
204 ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do CEMA;  
205 além da senhora PATRÍCIA LUPION TORRES, Consultora da Educação Ambiental da Secretaria de Estado  
206 do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; o conselheiro RAMIRO WAHRHAFTIG, Secretário de Estado da  
207 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; sugeriu que a Secretaria da Educação, a Secretaria da Ciência,  
208 Tecnologia e Ensino Superior e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos indiquem os três  
209 representantes dos membros natos para comporem a Câmara Temática, no que foi apoiado pelo  
210 conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos  
211 Hídricos, e Presidente do CEMA; que sugeriu ainda que o relator da Câmara Temática de Educação  
212 Ambiental seja da área ambiental e, como o assunto já havia sido debatido suficientemente, que se  
213 passasse à escolha dos dois representantes dos membros designados. O conselheiro LUIZ CARLOS  
214 MARTINS DE LIMA, da Força, Ação e Defesa Ambiental - FADA; candidata sua instituição, argumentando  
215 que esta representaria bem as ONGs, pelo fato que o conselheiro é professor da rede estadual de ensino e  
216 conhece bem as dificuldades da área. Os conselheiros JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de  
217 Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do CEMA; MIGUEL SALOMÃO, Secretário de  
218 Estado do Planejamento e Coordenação Geral; RAMIRO WAHRHAFTIG, Secretário de Estado da Ciência,  
219 Tecnologia e Ensino Superior; e ANTONIO LEONEL POLONI, da Secretaria de Estado da Agricultura e do  
220 Abastecimento; após breve debate concluíram que as instituições componentes da Câmara Temática,  
221 devem ter meios de chegar à todos os setores, devem ter significativa capilaridade em suas estruturas e em  
222 suas ações. Usando da palavra, o conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do  
223 Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do CEMA; esclareceu que tal capilaridade será obtida  
224 através da CINEA e de seus membros, que será coordenada pela Câmara Temática, a qual irá preocupar-se  
225 com que isso aconteça da forma mais aberta possível. Esclareceu ainda que qualquer setor representado  
226 no CEMA, que não estiver participando da Câmara Temática, estará na CINEA, da qual todos podem fazer  
227 parte desde já. Em função desta proposta, os conselheiros CARLOS MELLO GARCIAS, da Pontifícia  
228 Universidade Católica do Paraná - PUC-PR; RAFAEL BERNARDO DELY, Secretário Especial da Política  
229 Habitacional; MIGUEL SALOMÃO, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; CLÓVIS  
230 RICARDO SCHRAPPE BORGES, da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental -  
231 SPVS; LÍDIA LUCASKI, da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - AMAR; e PEDRO DE  
232 NORONHA DA COSTA BISPO, da Procuradoria Geral do Estado; discutiram as diversas possibilidades de  
233 se resolver o impasse e garantir a participação de todos no processo e concluíram que o necessário era  
234 que houvesse grande envolvimento e, ao mesmo tempo, possibilidade de cobrança das ações que deveriam  
235 ser desenvolvidas. O conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio  
236 Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do CEMA; lembrou que tudo o que a Câmara Temática discutir  
237 será trazido perante este Conselho, do qual todos participam, para aprovação final. Quanto à questão do  
238 segundo representante dos membros designados, manifestaram-se os conselheiros RAMIRO  
239 WAHRHAFTIG, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; SÉRGIO GONÇALVES  
240 LIMA, da Federação dos Trabalhadores em Educação do Estado do Paraná - FETEPAR; VÂNIA MARA

241 MOREIRA DOS SANTOS, do Instituto Os Guardiões da Natureza – ING, e LUIZ GUILHERME PAULI, da  
242 Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, que, considerando a possibilidade de todos  
243 poderem participar dos trabalhos das Câmaras Temáticas, mesmo não sendo membros das mesmas e o  
244 fato de já ter experimentado este fato com outros conselheiros na Câmara Temática sobre Importação de  
245 Resíduos Sólidos, sugeriu que, em prol da multidisciplinaridade, participassem desta Câmara Temática os  
246 trabalhadores na agricultura, através de sua Federação, representada no CEMA. O conselheiro JOSÉ  
247 ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do  
248 CEMA; usando da palavra, concluiu que, através da vontade de todos, declarava nomeados os cinco  
249 membros da Câmara Temática de Educação Ambiental que são: um representante da Secretaria de Meio  
250 Ambiente e Recursos Hídricos, como relator; um representante da Secretaria de Estado da Ciência,  
251 Tecnologia e Ensino Superior e um representante da Secretaria de Estado da Educação, como membros  
252 natos e o conselheiro LUIZ CARLOS MARTINS DE LIMA, da Força, Ação e Defesa Ambiental – FADA e o  
253 conselheiro JAIRO CORRÊA DE ALMEIDA, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do  
254 Paraná; como membros designados; argüiu ainda sobre a concordância de todos com as atribuições da  
255 Câmara em criação que devem ser: elaborar o Programa Estadual de Educação Ambiental; atender ao  
256 interesse manifestado por várias entidades da sociedade civil do Estado do Paraná em integrar comissão a  
257 ser criada com a participação de membros de entidades civis congregados em uma Comissão  
258 Interinstitucional Estadual de Educação Ambiental, com a finalidade de apoiar a criação do Programa  
259 Estadual de Educação Ambiental. Como houve unanimidade na aprovação destes pontos, deixou-se em  
260 aberto o prazo de duração da mesma, com a sugestão que fosse consultado o órgão federal de meio  
261 ambiente para a decisão da Presidência sobre a duração da Câmara Temática. Passando ao próximo item  
262 da pauta, o conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e  
263 Recursos Hídricos e Presidente do CEMA, propõe a criação de uma Câmara Temática para elaborar  
264 normas para os procedimentos de recepção, análise e repasse de recursos para projetos ambientais de  
265 ONGs, OSCIPs e municípios paranaenses, recursos estes provenientes do Fundo Estadual do Meio  
266 Ambiente - FEMA, que destinou três milhões de reais para este fim. Dando continuidade, o conselheiro e  
267 Presidente do CEMA explicou que a Câmara Temática, juntamente com este Conselho, vão eleger estes  
268 projetos e destinar recursos para os mesmos, a fundo perdido, e que os mesmos serão apresentados em  
269 reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente que os aprovará através de resolução, a qual será  
270 encaminhada ao IAP para a assinatura de convênios, que oficializarão o repasse desses recursos. Os  
271 conselheiros LÍDIA LUCASKI, da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - AMAR; ÂNGELO  
272 ANTONIO AGOSTINHO, da Universidade Estadual de Maringá; e LUIZ CARLOS MARTINS DE LIMA, da  
273 Força, Ação e Defesa Ambiental – FADA, debatem a questão do Cadastro das ONGs que deve ser  
274 renovado para este programa e a questão da apresentação de projetos pelas entidades que fazem parte do  
275 Conselho ou da Câmara Temática, ao que o conselheiro RAMIRO WAHRHAFTIG, Secretário de Estado da  
276 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, declara que a Câmara Temática terá como um de seus objetivos  
277 criar as normas necessárias sobre este assunto também, as quais passarão pela aprovação final do  
278 Conselho; acrescenta ainda que acredita ser importante a participação das ONGs e prefeituras na Câmara  
279 Temática em debate. O conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio  
280 Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do CEMA, acrescenta que a Procuradoria Geral do Estado, na

281 pessoa do Doutor PEDRO DE NORONHA DA COSTA BISPO, deveria participar da Câmara Temática,  
282 ocupando a relatoria, uma vez que a matéria seria de certa complexidade jurídica e continuou seu  
283 pronunciamento indagando sobre outros membros que se dispunham a participar do processo. Os  
284 conselheiros ESPARTANO TADEU DA FONSECA, Secretário Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente  
285 de São José dos Pinhais e MIGUEL SALOMÃO, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação  
286 Geral, colocaram-se à disposição para participar, uma vez que podem ser de grande ajuda na elaboração  
287 das diretrizes deste programa. Como representantes dos membros designados do CEMA, ficaram  
288 escolhidos os conselheiros VÂNIA MARA MOREIRA DOS SANTOS, do Instituto Os Guardiões da  
289 Natureza - ING e ESPARTANO TADEU DA FONSECA, Secretário Municipal de Urbanismo e Meio  
290 Ambiente de São José dos Pinhais. Para completar a composição da Câmara Temática e aproveitar a  
291 experiência adquirida em programas similares escolheu-se JOÃO CARLOS ZANDONÁ, representante da  
292 Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, e, finalmente, foi estabelecido o prazo de  
293 funcionamento da Câmara Temática em quarenta e cinco dias corridos. Encerradas as discussões e  
294 colocada em votação a criação da Câmara Temática esta foi aprovada por unanimidade. O conselheiro  
295 JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e  
296 Presidente do CEMA; informou que havia uma proposta de resolução para discussão e deliberação, a qual  
297 se tornava necessária tendo em vista o último acidente da Petrobrás, que ocorreu em um oleoduto na BR-  
298 277, em dezesseis de fevereiro passado, pouco tempo depois do vazamento de óleo ocorrido na Refinaria,  
299 em Araucária. Continuou dizendo que a ocorrência de acidentes como estes, envolvendo derivados de  
300 petróleo, de grandes proporções, em nosso Estado, levava o Governo a trazer este assunto à discussão  
301 dentro deste colegiado, de maneira similar à que ocorreu há poucos anos na América do Norte e Europa,  
302 que já regulamentaram procedimentos que visam diminuir ao máximo este tipo de ocorrência bem como  
303 estabelecer planos de emergência para estas situações. Devido a estes fatos, explicou que está sendo  
304 apresentada minuta de resolução que vai exigir a execução de auditoria independente nas plantas, dutos e  
305 locais de armazenagem operados pelas empresas de petróleo e derivados. Explicou ainda que se buscou  
306 desenhar um termo de referência com diretrizes mínimas que orientassem a contratação destas auditorias,  
307 o que foi trabalhado com a participação do conselheiro CLÓVIS RICARDO SCHRAPPE BORGES, da  
308 Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS; de JOSÉ ÁLVARO CARNEIRO,  
309 da Liga Ambiental e que participa do CONAMA onde representa as ONGs da Região Sul, além de ANA  
310 CECÍLIA NOVACKI e PEDRO DIAS, técnicos do IAP e alguns técnicos da consultora CH2MHill. Esta  
311 equipe discutiu longamente estes termos, inclusive com técnicos da PETROBRÁS, e produziu este  
312 documento intitulado "Diretrizes para Execução de Auditoria Ambiental de Processo e Conformidade nas  
313 Extrações de Petróleo e Derivados do Estado do Paraná" que agora está sendo colocado em discussão  
314 neste Conselho para que, além da PETROBRÁS, todas as outras empresas de porte tenham o mesmo  
315 procedimento de auditoria e conformidade, visando chegarmos perto da total garantia que não teremos mais  
316 acidentes como estes últimos. A seguir, o conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de  
317 Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do CEMA, solicita que ANA CECÍLIA B. A.  
318 NOWACKI, do Instituto Ambiental do Paraná, faça uma leitura dessa proposta de resolução, para a qual  
319 solicitou a atenção de todos. Esclarecidas dúvidas dos conselheiros ESPARTANO TADEU DA FONSECA,  
320 Secretário Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de São José dos Pinhais, quanto às sanções e à

321 obrigatoriedade de realização de auditoria segundo a capacidade de armazenagem; LÍDIA LUCASKI, da  
322 Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - AMAR; sobre a inclusão ou não das empresas de  
323 GLP; CLÓVIS RICARDO SCHRAPPE BORGES, da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e  
324 Educação Ambiental – SPVS, sobre o prazo dado para a realização destas auditorias; e, finalmente,  
325 PEDRO DE NORONHA DA COSTA BISPO, da Procuradoria Geral do Estado; sobre o grau de envolvimento  
326 dos técnicos do IAP nas reuniões; a minuta de resolução foi posta em votação tendo sido aprovada por  
327 unanimidade na forma em que foi apresentada. A seguir, o conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO,  
328 Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do CEMA, passou a um assunto  
329 que foi abordado pelo professor CARLOS MELLO GARCIAS, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
330 - PUC-PR, que é a questão do transporte de produtos perigosos e que vem muito a propósito após o  
331 acidente, também na BR-277, com o caminhão que transportava derivados de petróleo para a  
332 PETROBRÁS, em função do embargo do oleoduto pela Agencia Nacional de Petróleo. Continuou o  
333 conselheiro e Presidente dizendo que era dever de Governo dar uma resposta rápida a este problema  
334 através deste Colegiado, que tem poderes para isto e pode, em curto espaço de tempo editar normas que  
335 venham de encontro às necessidades de criar padrões e procedimentos de atendimento a estes acidentes,  
336 de auditoria dos mesmos visando a imputação de multas e outros ônus aos responsáveis e, principalmente,  
337 que visem a prevenção destes acidentes junto a empresas de transporte de cargas perigosas. Concluindo,  
338 propôs a criação de uma Câmara Temática que tivesse estes objetivos e conclamou os conselheiros a  
339 integrarem-se a ela. Esclarecida a dúvida do conselheiro LUIZ ARY GIN, da Federação dos Trabalhadores  
340 nas Indústrias do Estado do Paraná - FETIEP; sobre a regulamentação de transporte de cargas perigosas  
341 em vigor, passou-se às discussões sobre a composição da Câmara Temática para estudar o assunto que,  
342 ao final, ficou com a seguinte composição: PEDRO FUENTES DIAS, do Instituto Ambiental do Paraná,  
343 como Relator; PAULO DE ARAÚJO GUERRA, da Secretaria de Estado da Saúde, e PEDRO DE  
344 NORONHA DA COSTA BISPO, DA Procuradoria Geral do Estado, como membros representantes dos  
345 membros natos do CEMA, e CARLOS MELLO GARCIAS, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e  
346 LUIZ GUILHERME PAULI, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP, como membros  
347 representantes dos membros designados do CEMA e com um prazo de quarenta e cinco dias corridos para  
348 apresentar seu relato. Terminados os assuntos da pauta, o conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO,  
349 Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do CEMA, abre o item de  
350 Assuntos Gerais passando a palavra ao conselheiro RAMIRO WAHRHAFTIG, Secretário de Estado da  
351 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que solicita que sejam informados os endereços eletrônicos de  
352 todos os conselheiros à Secretaria Executiva do Conselho, para poder haver uma maior e melhor troca de  
353 informações e para facilitar o agendamento de reuniões e ainda sugeriu que a cada quinze dias haja envio  
354 de informações sobre os trabalhos do CEMA a todos os conselheiros. Em seguida, usando da palavra, o  
355 conselheiro CLÓVIS RICARDO SCHRAPPE BORGES, da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e  
356 Educação Ambiental – SPVS, pronuncia-se sobre a importância do assunto Conservação da Biodiversidade  
357 e sugere que, em uma próxima reunião do CEMA seja discutida a preservação das florestas de araucária.  
358 Em seguida, o conselheiro RAFAEL BERNARDO DELY, Secretário Especial da Política Habitacional,  
359 comenta sobre o prêmio internacional que o programa das Vilas Rurais recebeu recentemente e agradece o  
360 apoio das Secretarias de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e da Agricultura e Abastecimento ao

361 programa. Comentou também sobre a preservação de fundos de vale, matas e florestas que é levada a  
362 efeito nestas áreas, o que é bastante significativo e que chega a atingir cerca de 30% das áreas envolvidas.  
363 O conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos  
364 Hídricos e Presidente do CEMA; agradece o conselheiro RAFAEL BERNARDO DELY, Secretário Especial  
365 da Política Habitacional, e confirma que as Vilas Rurais são a maneira correta de ocupação territorial e que  
366 a preocupação com a preservação ambiental que é levada a efeito nestas áreas é realmente efetiva e  
367 abrangente. Em seguida, o conselheiro MIGUEL SALOMÃO, Secretário de Estado do Planejamento e  
368 Coordenação Geral, faz breve pronunciamento sobre a necessidade da racionalização do uso da energia  
369 porque, caso isso não seja possível, será necessária a construção de novas usinas o que, infelizmente, irá  
370 interferir enormemente no meio-ambiente. Devido a este fato, pede a ação dos conselheiros no sentido de  
371 evitar o desperdício e cita como exemplo o caso da Prefeitura de Curitiba que, comparando-se o consumo  
372 de março com o de fevereiro últimos, conseguiu uma redução de 27% no consumo de energia. O  
373 conselheiro JOSÉ ANTONIO ANDREGUETTO, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos  
374 Hídricos e Presidente do CEMA, pede aos conselheiros o envolvimento na questão da economia de energia  
375 e conservação da biodiversidade, principalmente do bioma da Araucária, árvore símbolo de nosso Estado  
376 que, segundo estudos realizados pelo PRO-BIO e coordenados pela FUPEF da UFPR, está em situação  
377 bem precária. Nada mais havendo a tratar, o presidente do CEMA agradece o apoio de todos os  
378 conselheiros nos trabalhos das Câmaras Temáticas e também pela representatividade e a presença maciça  
379 às reuniões, marca a próxima reunião para início do mês de agosto e dá por encerrada esta reunião da qual  
380 eu, \_\_\_\_\_, JOSÉ TADEU SMOLKA, secretário Executivo do Conselho Estadual do Meio  
381 Ambiente, elaborei a presente ata, aos dois dias do mês de maio de 2001.